

Vol 8, Núm. 1, jan-jun, 2024, pág. 268-283

MOVIMENTOS SOCIAIS, ASSENTAMENTOS AGRÁRIOS E FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

SOCIAL MOVEMENTS, AGRARIAN SETTLEMENTS AND THE FOUNDATIONS OF RURAL EDUCATION

Aline Lucas de Souza Gomes¹

Eulina Maria Leite Nogueira²

RESUMO

Este trabalho é parte da pesquisa em desenvolvimento no curso de mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades pela Universidade Federal do Amazonas, que tem como abordagem principal o foco na Educação do Campo e assentamentos agrários, baseado em categorias de análise políticas públicas, campesinato e movimentos sociais. Embora a discussão aqui tratada contemple informações a respeito da modalidade de Educação do Campo e a formação de assentamentos agrários, torna-se importante enfatizar o papel e atuação dos movimentos sociais diante do atendimento das pautas engendradas nas duas políticas públicas. Para a constituição deste, utiliza-se de um apanhado histórico discorrendo sobre as primeiras formações e organizações sociais, assim como os conceitos e análises acerca da existência dos movimentos populares. Ao longo do texto, busca-se ainda discorrer sobre a relação existente entre elementos de análise que corroboram e influenciam o ensino do campo e a existência dos assentamentos agrários. Em relação à metodologia, este se fundamenta em uma pesquisa com abordagem qualitativa, tendo como método de análise o Materialismo Histórico Dialético, apresentando ainda, um caráter descritivo e explicativo de fatores condicionantes do processo histórico e político do campo de estudo, fundamentando a descrição concernente aos movimentos sociais e os sujeitos que destes fazem parte.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação do Campo; Projetos de Assentamentos Agrários; Movimentos Populares; Resistência.

ABSTRACT

This work is part of the research under development in the Master's Degree in Science and Humanities Teaching at the Federal University of Amazonas, which has as its main approach the focus on Rural Education and agrarian settlements, based on categories of analysis public policies, peasantry and movements social. Although the discussion dealt with here includes information about the modality of Rural Education and the formation of agrarian settlements, it is important to emphasize the role and performance of social movements in meeting the guidelines engendered in the two public policies. For the constitution of this, it uses a historical overview discussing the first formations and social organizations, as well as the concepts and analyzes about the existence of popular movements. Throughout the text, we also seek to discuss the existing relationship between elements of analysis that corroborate and influence rural teaching and the existence of agrarian settlements. Regarding the methodology, this is based on a research with a qualitative approach, using Dialectical Historical Materialism as the method of analysis, also presenting a descriptive and explanatory character of conditioning factors of the historical and political process of the field of study, supporting the description concerning to social movements and the subjects that are part of them.

¹ Mestranda do Curso de Ensino de Ciências e Humanidades da Universidade Federal do Amazonas - UFAM, alinenila76@gmail.com ;

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Faculdade de Educação – Universidade Federal do Amazonas - UFAM, eulinanog@hotmail.com

Keywords: Public Policies; Field Education; Agrarian Settlement Projects; Popular Movements; Resistance

INTRODUÇÃO

A composição deste trabalho surge de reflexões levantadas ao longo da pesquisa de mestrado realizada no curso de Ensino de Ciências e Humanidades, pela Universidade Federal do Amazonas, com a temática voltada para a Educação do Campo e Assentamentos Agrários no contexto amazônico. O estudo de caso teve como cenário a formação de dois assentamentos agrários localizados no município de Presidente Figueiredo – AM, e em cada assentamento uma análise sobre o acesso à educação utilizando a realidade de ensino de duas escolas do campo.

Este estudo proporciona considerações não apenas voltadas para a modalidade da Educação do Campo como política pública educacional que atende as famílias camponesas, mas também um resgate da trajetória histórica social e política que a mesma vivenciou até os dias atuais, tendo como um dos marcos principais para a sua implantação a participação e atuação dos movimentos sociais.

A Educação do Campo enquanto modalidade visa atender a população camponesa, através de práticas que buscam a transformação da realidade, propondo assim uma concepção desenvolvida a partir da formação de lutas e experiências vivenciadas por seus atores sociais. Sua gênese é pensada de acordo com as contradições de luta, emancipação e práticas da educação, como explicam Molina e Sá, (2012, p. 324),

Ela se coloca numa relação de antagonismo às concepções de escola hegemônicas e ao projeto de educação proposto para a classe trabalhadora pelo sistema do capital. O movimento histórico de construção da concepção de escola do campo faz parte do mesmo movimento de construção de um projeto do campo e da sociedade pelas forças sociais da classe trabalhadora.

Sendo resultado de uma conquista pautada na superação da opressão e ruptura com a marginalização dos povos camponeses, não é possível falar na modalidade de ensino do campo sem traçar a relação que esta possui entre trabalho e moradia ambos condicionados com a busca pelo direito a terra, de famílias assentadas ou não, e no direito a educação. Conseqüentemente, a relação existente entre as duas categorias, Educação do Campo e Assentamentos Agrários só

é possível pela atuação de uma terceira categoria, sendo essa, a existência dos Movimentos Sociais.

O registro das informações acerca da história dos assentamentos acompanhados e conseqüentemente das escolas visitadas constituiu uma experiência que somou fatos a dados, tanto documentais quanto bibliográficos, levantados no decorrer da pesquisa. Isso porque, ambos são resultados de políticas públicas que foram implementadas após um histórico de lutas e reivindicações tendo como protagonistas principais a marcha dos movimentos sociais.

Diante disso, é válido ressaltar que ao longo deste texto serão colocadas questões referentes à importância dos movimentos sociais diante da concretização de uma proposta que esteja de acordo com as particularidades de estudantes e famílias camponesas, discutindo acerca do que foi pensado e reivindicado e o que de fato é ofertado. Discorrer sobre a relação das organizações sociais ligadas ao campo e a modalidade de Educação do Campo constitui-se ainda como uma estratégia de conhecimento e resgate da própria identidade camponesa, uma vez que, conhecer a própria história é desmistificar preconceitos e definições errôneas enraizadas pela sociedade burguesa a respeito dos objetivos e pautas das lideranças dos movimentos sociais.

Como já mencionado, o texto se estrutura a partir dos dados e discussões levantadas durante a pesquisa de campo, onde para este escopo se limitou uma breve interpretação acerca do papel dos movimentos sociais e sua participação diante da pauta de luta e reivindicação por um ensino do campo de qualidade. Para tanto, foi realizado um levantamento bibliográfico utilizando-se de categorias de análise como campesinato, Educação do Campo e movimentos sociais, tendo ainda como método de análise o Materialismo Histórico Dialético.

Diante do exposto, o material aqui apresentado organiza-se como uma síntese de análises que enriquecem e colaboram com a pauta de discussão da Educação do Campo, fazendo-se perceber que esta não está circunstanciada somente a ação do Estado, enquanto entidade neutralizadora dos grupos que são considerados a margem da sociedade, mas pelo fato de sua existência e sobrevivência estarem ligadas ao incansável trabalho de resistência e luta travados pelos grupos que constituem a militância e organicidade dos movimentos sociais.

Em suma, com base no material analisado no decorrer da pesquisa, este artigo se propõe a refletir criticamente sobre a importância dos movimentos sociais diante da construção de um

ensino do campo que seja base fortalecedora do seu protagonismo, considerando a trajetória de grupos camponeses, que no cenário aqui retratado figuram as famílias assentadas nos Projetos de Assentamentos Agrários.

METODOLOGIA

O trabalho se desenvolveu enquanto pesquisa de caráter exploratória, buscando informações do referido recorte, utilizando-se de pesquisa documental pelo uso de materiais gráficos e documentos de domínio público, considerando o disposto na legislação referente às políticas públicas voltadas para a criação de Assentamentos Agrários e implementação das diretrizes para Educação do Campo, considerando ainda a participação e ação dos movimentos sociais diante da concretização dos objetivos e efetivação destas.

O estudo aqui traçado foi desenvolvido a partir da pesquisa de mestrado realizada em dois assentamentos agrários, com recorte espacial nas escolas da rede municipal de ensino de Presidente Figueiredo – AM, mais especificamente nas Escolas Municipal Santa Terezinha e Escola Municipal Zita Gomes, situadas nas comunidades de assentamento de reforma agrária Rio Canoas e Rio Pardo.

Dessa forma, a revisão da literatura sobre a temática é parte integrante de todo percurso do trabalho do pesquisador, pois fundamenta teórica a temática de uma determinada pesquisa e sustenta as análises dos dados obtidos na pesquisa de campo, juntamente com a análise de documentos que tratam da temática a ser pesquisada.

Assim, foi realizada uma pesquisa baseada em artigos científicos, dissertações e teses, além de documentos oficiais que tratam da questão agrária no Brasil. Essa pesquisa utilizou como método de análise o Materialismo Histórico-dialético para compreender a história de homens e mulheres reais, ou seja, do campo, considerando ainda que através desse método é possível pensar a luta de classe a partir das contradições e dos processos conduzidos em uma perspectiva histórica, dialética e materialista.

EDUCAÇÃO DO CAMPO NA PERSPECTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Anterior a proposta de Educação do Campo se estabeleceu no Brasil a concepção de educação rural, durante a transição da sociedade agrária para um espaço urbano e industrial,

surgindo um movimento denominado ‘ruralismo pedagógico’ (ROSSATO e PRAXEDES, 2015). E contrariando o respeito a identidade camponesa, tal organização emergia como,

um modelo ‘urbanocêntrico’ que estabeleceu uma relação de submissão da educação às necessidades inerentes à industrialização, tratando os valores, as crenças, os saberes do campo ou de maneira romântica ou de maneira depreciativa, como valores ultrapassados, como saberes tradicionais, pré-científicos, pré-modernos. (ARROYO, 1999, p. 15)

Ao longo do processo de escolarização da população camponesa percebe-se que os programas efetivos e suas ações sendo governamentais ou não destacavam a figura do camponês como um indivíduo alheio a qualquer informação e representante da pobreza do país, discurso esse radicalizado após o surgimento e atuação das frentes de movimentos sociais juntamente com o apoio de outras instituições.

Em uma linha do tempo pode-se acompanhar a trajetória da Educação do Campo ao passar por fases que posteriormente culminaram na superação do paradigma de educação rural. Medidas concisas para o processo histórico da Educação do Campo no Brasil começam a datar dos anos de 1930 quando ocorreram os

programas efetivos de escolarização para as populações camponesas, quando a escolarização dos povos do campo deflagrou-se após a Revolução de 1930 que leva Getúlio Vargas ao poder provocando o rompimento definitivo do hegemônico ordenamento agrária-conservador mantido pela chamada política do café com leite. (LIRA e MELO, 2010, p.3)

Outras ações educativas, apesar de não identificar o camponês como protagonista da sua própria história e sim intensificar o discurso de sujeito pobre e ignorante, foram organizadas e implementadas como propostas educativas governamentais sintetizadas por Rossato e Praxedes (2015) enfatização que:

- na década de 1930: a criação da Sociedade Brasileira de Educação Rural;
- na década de 1940: a edição das Leis Orgânicas da Educação, durante a chamada Reforma Capanema, a qual aprovou o Decreto-lei n. 9613, 1946, que organizou o ensino agrícola; a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais e das Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural;
- na década de 1950: a Campanha Nacional de Educação Rural e do Serviço Social Rural;
- na década de 1960: a implantação do modelo escola-fazenda e a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 4.024 de 1961), cujo art. 105 estabeleceu que ‘os poderes públicos instituirão e ampararão serviços e entidades que

mantenham na zona rural escolas capazes de favorecer a adaptação do homem ao meio e o estímulo de vocações profissionais;

- entre os anos de 1964 e 1985: as concepções e práticas da educação rural começam a ser substituídas por paradigmas da Educação do Campo, assim como cresce a atuação de organizações da sociedade civil e sindical ligadas à educação popular, como Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), associações e escolas de formação por alternância (ECOR, EFA, CEFFA, etc.).

O projeto de escolarização rural só passa a ser questionado oficialmente pelo Ministério da Educação - MEC, nos anos 2000, quando é publicado através da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade - SECAD, o documento intitulado 'Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas'.

A Educação do Campo, diferentemente da proposta de Educação Rural que surge nas cidades para então ser implementada no campo, se caracteriza primeiramente por nascer do/no/com e para o campo, seguido por ser composta por movimentos camponeses, assentamentos, quilombos, territórios indígenas, ribeirinhos e agricultura familiar; e conseqüentemente por trabalhar em prol da identidade dos povos camponeses. Um dos maiores legados que tal modalidade levanta se baseia na compreensão crítica, ou seja, entender as relações de poder e formas de dominação, além do reconhecimento do direito a ter direito.

Para a construção e efetivação desse legado a participação dos movimentos sociais é de grande relevância uma vez que, é através das reivindicações desses grupos que emerge a possibilidade de a sociedade enxergar o campo e os sujeitos que deste fazem parte, como resultado de resistência, lutas sociais e organização da classe trabalhadora camponesa. Identificar e estudar o propósito da Educação do Campo possibilita o reconhecimento de singularidades e processos que compõem a sua causa e efetividade, sendo essa também uma estrutura de organização de movimentos sociais aspectos fundamentais que colaboraram para a existência dessa modalidade como resultado de uma política pública, tais quais os assentamentos agrários. A formação de movimentos sociais são,

Ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. Essas ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. (SILVA, 2004, p. 30).

A atuação dos movimentos sociais é pautada tanto na reivindicação do propósito da educação, quanto ao de considerar o aspecto de moradia, do direito a ter um lar, uma terra para se plantar, colher, construir e viver. Dessa forma, a luta camponesa inicia sua marcha rumo ao direito que toda família camponesa tem, de possuir um pequeno lote de terra e desconstruir o perfil apresentado pelo próprio programa de assentamento agrário “despossuídores”.³

Não se pode falar em Educação do Campo e assentamentos agrários sem compreender o protagonismo dos movimentos sociais. Uma vez que ambos, como resultados de políticas públicas, só foram ouvidos e implantados mediante a constituição de grupos pensados e organizados de acordo com a preocupação e reparação política e histórica de famílias camponesas.

Os primeiros ensaios a respeito da organização de movimentos sociais são datados de 1962, isso porque o movimento do campo se expandiu de forma que a luta camponesa resultou em encontros e congressos com o objetivo de criar consciência nacional em favor da reforma agrária, do direito à educação e assistência no campo, do combate à violência do campo, entre outros pontos (BRASIL, 2006). A expansão de tais encontros resultou ainda na criação de movimentos sociais populares (CALDART, 2012), alguns já extintos outros com formação recente, como: União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (ULTAB), Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), Movimento de Educação de Base, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC Brasil), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), além da atuação direta Conferência Nacional dos Bispos no Brasil (CNBB) e Universidades Federais.

O papel que os movimentos sociais exercem está em consonância com uma pressão política e social, em oposição à atuação neutralizadora que o Estado mantém sobre as minorias que trabalham incansavelmente para fazer desaparecer. Assim,

[...] torna-se impossível pensar que a formulação das políticas públicas é pensada unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei, como se o Estado fosse uma instituição neutra, como querem os funcionalistas. Se assim fosse, as políticas públicas seriam definidas tendo como parâmetro unicamente o bem

³ Nesse ponto faz-se uma relação do termo ‘despossuído’ de não possuir terra com a obra de Karl Max ‘Os despossuídos’.

comum e este seria entendido como de interesse de todos os segmentos sociais. Esse entendimento nega a possibilidade do aparecimento de uma dinâmica conflitiva, envolvendo uma correlação de forças entre interesses de diferentes segmentos sociais ou classes. (GONÇALVES, 2016, p. 383)

A articulação dos movimentos sociais em torno da organização da luta do campo torna legítima o engajamento diante da democratização da terra, alcançando ganhos como a implantação de políticas voltadas para a formação de assentamentos agrários e posteriormente a criação de uma modalidade específica de ensino. A criação de tais assentamentos é voltada, segundo os relatórios de programas agrários oficiais, para “a transferência e alocação de determinado grupo de famílias de trabalhadores rurais sem-terra ou com pouca terra, em algum imóvel rural específico, visando a constituição de uma nova unidade produtiva em um marco territorial diferenciado.” (LEITE, 2012, p. 109).

Apesar de ter uma intervenção clara do governo em relação à decisão e estabelecimento de normas e diretrizes, assim como o marco fundiário propício aos assentamentos, tal projeto não se consolida como um mérito exclusivo do Estado. Isso porque, direcionar essa ação totalmente à interposição deste, significa negligenciar os esforços de grupos e organizações não governamentais diante da luta e demanda pelo acesso e democratização da terra, um processo que já encaminhava antes da interferência do governo.

É fato que a política para assentados não teria se concretizado sem a figura do Estado como unidade administrativa, assim como não haveria também se efetivado com a ausência das vozes camponesas. Portanto trata-se de uma ação paralela em ambas as representações, civil e governamental, ainda que o próprio Estado tente negar esse feito como exposto a seguir, quando define em documentos oficiais o que é o projeto de assentamento como,

Um conjunto de ações planejadas e desenvolvidas em área destinada à Reforma Agrária, de natureza interdisciplinar e multissetorial, integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares. (BRASIL, 2004, p. 148)

Atualmente, de acordo com os dados publicados no portal do INCRA (BRASIL, 2021) soma-se um número de 9.431 assentamentos, ocupando 87.702.072 hectares de terra,

beneficiando um total de 969.197 famílias, onde no Estado Amazonas esse número é de 145 assentamentos com 57.234 famílias assentadas em uma área de 27.290.997,70 hectares.

A proposta voltada para famílias assentadas, segundo o Instituto de Colonização e Reforma Agrária - INCRA (2021), vai desde a instalação destas no projeto, concessão de créditos, até o investimento na infraestrutura das parcelas, através de estradas, habitação, eletrificação e abastecimento. Dentre as modalidades de assentamentos criadas pelo Incra estão: Projeto de Assentamento Federal (PA), Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). Contudo para a pesquisa em desenvolvimento e pela relação que estabelece com a proposta de educação este trabalho limitar-se-á a apresentação do Projeto de Assentamento Federal (PA).

O funcionamento do projeto ocorre de maneira que os assentados efetuam o pagamento em parcelas pela terra que lhe foi concedida pelo INCRA, assim como os créditos contratados. O objetivo é que através da distribuição de terras seja proposto condições de moradia e produção familiar, além de garantir a segurança alimentar, eliminando o risco social e situações de vulnerabilidade.

O projeto de assentamento de acordo com a autarquia dispõe de: Estruturação, onde após a instalação das famílias e de posse do Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), são realizados investimentos em obras de infraestrutura dos assentamentos; Créditos, onde as famílias recebem os primeiros créditos no período da instalação do assentamento, seguido de repasse dos créditos produtivos para investimento, diversificação e melhoria do processo produtivo; E por fim, geração de renda, que permite além dos créditos a disponibilidade de programas para geração de renda e ampliação da produção (BRASIL, 2021).

Toda a etapa de infraestrutura, segundo documentos oficiais do governo, está sob responsabilidade do INCRA, implantando infraestrutura básica de forma direta ou em parceria com entes governamentais. Sendo prioridades a construção ou complementação de estradas vicinais e o saneamento básico, com implantação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, construção de redes de eletrificação rural, proporcionando condições físicas necessárias dentro dos assentamentos.

Na região Amazônica a implementação de assentamentos agrários começa a ser projetada em meados anos 1970, ainda período de regime militar e com o recém-criado INCRA, com o objetivo de “promover uma mudança na estrutura fundiária nos locais de conflito (reforma agrária, incidindo sobre terras particulares), a opção foi abrir novas áreas de ocupação, distribuindo terras públicas em territórios ainda inabitados (colonização)” (TOURNEAU e BURSZTYN, 2010, p. 114).

O processo de ocupação fez com que o INCRA criasse outras formas de assentamentos, além do que é considerado clássico, como estratégia para se adequar ao espaço florestal e a preocupação com a questão ambiental, visando reduzir danos. Diante disso, foi implantado modalidades como Projetos de Assentamento Dirigidos (PAD), Projetos de Assentamento Rápido (PAR), os atuais Projetos de Assentamento (PA), além de ações implementadas posteriormente como, Projetos de Assentamento Extrativista ou Agroextrativista (PAE), Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e por fim Projetos de Assentamento Casulo (PC) em parceria com as prefeituras (BRASIL, 2021).

Segundo a autarquia, os Projetos de Assentamentos na região Amazônica têm como objetivo principal promover a justiça social e desenvolvimento equilibrado com qualidade ambiental (BRASIL, 2006). Entretanto, tal objetivo não é atingido de forma satisfatória, uma vez que é preciso considerar o papel do pequeno produtor diante dos assentamentos e as dimensões envolvidas neste processo, tais como, as dimensões econômicas, sociais, políticas, institucionais e ambientais. Assim, “a rotatividade de beneficiários no assentamento contribui para que não haja a fixação do homem no campo e, com isso, o projeto de assentamento deixa de cumprir o seu objetivo principal” (SILVA et al, 2011, p. 7006).

A relação entre educação e assentamento, em se tratando do projeto de assentamentos agrários, ocorre através do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - Pronera, que se constitui como uma estratégia de apoio ao ensino de jovens e adultos do campo através de projetos em parcerias com instituições de ensino públicas ou privadas, governos estaduais e municipais (BRASIL, 2021). A descrição de tal programa será desenvolvida no decorrer do trabalho no eixo voltado para políticas públicas, junto a outras ações do governo.

Embora o governo disponha de um programa que atende projetos específicos da modalidade do campo, é interessante destacar o que se pensava para a educação camponesa

antes da implantação do Pronera, considerando que a sua criação é datada do ano de 1997. Qual era a proposta para a Educação do Campo anterior a esse período? Para responder essa pergunta é preciso retomar as origens dessa modalidade de ensino, portanto, em que se fundamenta e como se constituiu.

Entre os anos de 1960 e 1980, passando pelo processo de modernização da economia brasileira e o problema relacionado ao êxodo rural que resultou na imigração de cerca de 30 milhões de pessoas do campo para a cidade de acordo com Rossato e Praxedes (2015), surge outro agravante em relação a educação brasileira, pois o que até então possuía caráter elitista tornou-se mais visível diante do processo de exclusão da população do campo, tendo como consequência,

Uma reação ao modelo social excludente, surgindo atividades educativas organizadas por famílias, organizações movimentos sociais que de modo autônomo propuseram saberes, métodos e currículos próprios, propiciando uma formação alternativa para se viver no campo frente ao assédio modernizador, este é o caso das chamadas Escolas Familiares e Comunitárias do Campo. (ROSSATO e PRAXEDES, 2015, p. 28)

Essas primeiras organizações sociais no Brasil a despeito da Educação do Campo são associadas de acordo com Borsatto (2007) com o modelo que surgiu na França por volta de 1935 em *Lot-et-Garone* no sudoeste francês chamado *Maison Familiale Rurale* (Casa Familiar Rural). Ainda, segundo Borsatto (2007) após a Primeira Guerra Mundial a França passava por um período de crise, tendo a agricultura um dos setores mais afetados, assim as *Casas Familiares Rurais* surgem como produto de insatisfação das famílias camponesas com o sistema educacional do país, que não atendia às especificidades do meio rural.

A proposta oferecida por este modelo de ensino era baseada na Pedagogia da Alternância, já que os estudantes alternavam seu período de estudos na própria escola com o período em casa junto a família. Tal movimento ganhou força e adequações espalhando-se por países como: Argentina, Chile, Guatemala, México, Nicarágua, Paraguai e principalmente Brasil. E onde mais tarde ficou conhecido como *Associação Internacional dos Movimentos Familiares para a Formação Rural*.

O recorte histórico apresentado é essencial para compreender os ideais que constituem a Educação do Campo, que desde as suas primeiras manifestações ainda fora do Brasil, já travava uma luta de classes e tentativa de ruptura com as forças dominantes da burguesia. Força

de dominação essa que se fundamenta e materializa em princípios de segregação e exclusão diante do campo e cidade, burguês e proletário.

No Brasil essa tentativa de exclusão e até apagamento da história de famílias camponesas ficam mais evidentes e violentas agravadas pelo período do regime militar que culminou no exílio de umas das referências da educação em todo o seu contexto, Paulo Freire. Freire se consolidou como uma das vozes que em resposta ao contexto social de exclusão e marginalização de homens e mulheres do campo, deu força e autenticidade à criação e resistência de movimentos políticos e sociais.

Freire representa a base teórica do pensamento de Pedagogia do Oprimido e Pedagogia do Movimento por atuar diante de um movimento de alfabetização de adultos utilizando e criando um método dialógico para tal, como afirma Rossato e Praxedes (2015, p. 30) “o Método Paulo Freire levava em consideração a realidade local e a prática social efetiva dos educandos, mediante uma concepção educativa crítica e emancipatória”.

Diante do legado de Freire há a necessidade de reafirmar que a escola é o lugar onde se unifica ensino de ciência e saberes do campo, mas também um espaço para rompimentos com a exclusão e a marginalização de sujeitos oprimidos. Opressão essa, apresentado na obra Pedagogia do Oprimido (1987), baseada nas experiências vivenciadas por sujeitos que “padecem e reagem à formas de opressão e radicalidade deformadora-formadora de processos sociais. (ARROYO, 2012, p. 554)

A busca pelo rompimento da opressão e exclusão soma-se aos demais objetivos discutidos nas conferências de Educação do Campo organizadas pelos movimentos sociais e demais associações no final da década de 1990. Tal mobilização emerge após a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) através do decreto n. 1946 de junho de 1996, que buscava “[...] promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e melhoria de renda.” (art. 1º do Decreto 1946/96).

A partir desses dois marcos históricos movimentos sociais e demais entidades seguiram mobilizadas até a realização do I Encontro de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (I ENERA) que contou com a participação de educadores de assentamentos rurais e de instituições

universitárias que vinham atuando em projetos de educação em assentamentos. Foi a realização do evento que ecoou para a sociedade a ausência de políticas públicas que de fato atendessem a modalidade de Educação do campo até então, reivindicando uma articulação de metas e propostas que visassem o reconhecimento e fortalecimento da identidade campesina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou, dentro da temática estabelecida e através dos recortes espaciais enfatizados, debater e desenvolver uma análise sobre o papel dos movimentos sociais como linha de discussão diante da formação de assentamentos agrários e da implementação da Educação do Campo. Descrever sobre a importância e atuação dos grupos sociais diante da concretização das duas políticas públicas mencionadas é uma forma de resgate e preservação do processo histórico vivenciado no campo.

O debate acerca da pauta de resistência carregada pela atuação de movimentos populares em todo território brasileiro é possível conhecer os contextos e sujeitos envolvidos com a luta de classes que se estende ao campo, além de propor a busca pela emancipação valendo de ações como, organicidade e coletividade que estes grupos constituem entre si, ao fortalecer a conjunção de lutas e conquistas que ajudam a propagar.

Certamente a discussão proposta ao longo deste trabalho se configura como um desafio, uma vez que aborda questões que são indissociáveis a luta de classe, nessa abordagem tendo como plano de fundo a proposta de Educação do Campo e a formação de assentamentos agrários, onde ao mesmo tempo que espera-se costurar aspectos que compõem os ideais do campo e a busca pela emancipação de grupos que estão a margem de uma classe dominante.

Ainda que o texto forneça considerações acerca das vivências que permeiam a luta camponesa, tais elementos constituem uma pauta inacabada quando se trata do percurso de luta de classes, entre campo e cidade, das reivindicações incessantes por direitos que foram negados historicamente às minorias e do rompimento com os moldes opressores, coloniais e classistas.

O processo contínuo de resistência, tanto reivindicando ações de implementação das políticas citadas, quanto pela permanência das mesmas, só se mantém possível devido a

incessante movimentação dos grupos populares que marcham rumo a pauta camponesa, sejam estes formados por lideranças camponesas, pela Universidade Pública como também espaço de luta e reconhecimento, milhares de famílias assentadas, educadores e educadoras do campo, parlamentares e legisladores ligados à causa, assim como outros que se fizerem necessário.

Por isso a importância de trazer ao cerne de discussão a relevância do trabalho exercido pelos movimentos sociais desde as suas primeiras ações em prol de uma construção sociopolítica a partir da dinâmica de organicidade até a constante reafirmação do papel que exercem nos dias atuais em ocupações e tantas outras formas de resistir a barbárie propagada pelo Estado contra grupos pertencentes a minoria.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A educação básica e o movimento social no campo**. Brasília, Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999, p.8-26.

ARROYO, Miguel. Gonzalez. **Pedagogia do Oprimido**. In: CALDART, Roseli Salette. (Org). Dicionário da Educação do Campo. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

BORSATTO, Paula Virgínia. “**Maison Familiale Rurale**” - **Casa familiar Rural**. Anais da 6ª Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão. Florianópolis-SC, maio de 2007.

BRASIL. **Decreto n. 1946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e dá outras providências.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Disponível em: Decreto nº 7352 (planalto.gov.br) Decreto nº 7352 (planalto.gov.br) Acesso em: 24 out. 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA): Assentamentos**. Disponível em: <https://antigo.incra.gov.br/pt/assentamentos.html>. Acesso em: dez de 2021.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). **Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)**. Instrução normativa Incra nº 15, 30 de março de 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Memória Incra 35 anos** / Alberto Marques. Antônio Fernando Mattza. Antonio Francutti [et. al.]. Brasília: MDA: Incra, 2006.

CALDART, Roseli Salete. (Org). **Dicionário da Educação do Campo**. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

GONÇALVES, Eloísa Dias. **A contribuição dos movimentos sociais para a efetivação da Educação do Campo: a experiência do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº 135, p.371-389, abr-jun, 2016.

LEITE, Sérgio Pereira. **Assentamento rural**. In: CALDART, Roseli Salete. (Org). Dicionário da Educação do Campo. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, p. 108-111, 2012.

LIRA, Débora Amélia N.; MELO, Amilka Dayane Dias. **A educação brasileira no meio rural: recortes no tempo e no espaço**. I Conferência Nacional de Políticas Públicas contra a Pobreza. Natal, 10 a 12 de novembro de 2010, p. 1-17. Disponível em: <http://rbepold.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/1403/1377>.

MOLINA, Mônica Castagna; SÁ, Lais Mourão. **Escolas do Campo**. In: CALDART, Roseli Salete. (Org). Dicionário da Educação do Campo. 2ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ROSSATO, Geovanio; PRAXEDES, Walter. **Fundamentos da Educação do Campo: história, legislação, identidades camponesas e pedagogia**. Edições Loyola, São Paulo, 2015.

SILVA, Viviane Vidal da; VETTORAZZI, Carlos Alberto; PADOVANI, Carlos Roberto. **Assentamento rural e a dinâmica da paisagem**. Anais XV Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR, Curitiba-PR, 30 de abril a 05 de maio de 2011, p.7000-7006.

TOURNEAU, François Miguel Le; BURSZTYN, Marcel. **Assentamentos rurais na Amazônia: contradições entre a política agrária e a política ambiental**. Rev. Ambiente & Sociedade. Campinas, v. XVIII, n. 1, p. 111-130, Jan-Jun, 2010.

Submetido em: 15 de agosto de 2023.

Aprovado em: 02 de outubro de 2023.

Publicado em: 01 de janeiro de 2024.

Autoria:

Autor 1:

Aline Lucas de Souza Gomes

Possui graduação em Pedagogia pela UFAM (2012), Especialização em Neuroaprendizagem pela Unopar (2019), Esp. em Práticas Pedagógicas pelo IFNMG (2021), Esp. em Educação:

Espaços e Possibilidades para Educação Continuada pelo IFSRG (2022) e Mestrado em Ensino de Ciências e Humanidades (2023).

Secretaria de Educação e Desporto Escolar – SEDUC-AM

E-mail: alinenila76@gmail.com ;

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7166-0944>

Brasil

Autor 2:

Eulina Maria Leite Nogueira

Formada em Estudos Sociais, História e Pedagogia, com mestrado em educação pela UFAM e doutorado em educação pela PUC-SP. Docente do quadro permanente da UFAM, pesquisadora na área da educação do campo e educação indígena.

Instituição: Universidade Federal do Amazonas

E-mail: eleite@ufam.edu.br

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7725-6464>

Brasil